

Paulo Cesar da Costa Gomes

# Quadros GEOGRAFICOS

Uma forma de ver, uma forma de pensar

1ª edição

**BB**  
**BERTRAND BRASIL**  
Rio de Janeiro | 2017

## Introdução: Geografias e Mundos

*“Quantos da Terra e do Céu nasceram, filhos os mais temíveis, detestava-os o pai dès o começo: tão logo cada um deles nascia a todos ocultava, à luz não os permitindo, na cova da Terra. Alegrava-se na maligna obra o Céu. Por dentro gemia a Terra prodigiosa atulhada, e urdiu dolorosa e maligna arte.” Hesíodo (≈750 a. C). Teogonia.*

O que é a Geografia? É uma forma de pensar. É disso que aqui se trata. Este texto é uma ousada tentativa de demonstração de que, para além daquelas acepções que costumeiramente temos da Geografia, ela é também uma maneira, original e potente, de organizar o pensamento. Essa tentativa de demonstração é, sem dúvida, temerária — temerária pela amplitude que abarca, temerária pela pretensão que encerra, temerária ainda pela extensão relativamente pequena que propusemos para construir a argumentação necessária à sustentação dessa afirmativa. Para diminuirmos os riscos, diremos que não se trata propriamente de uma afirmação, mas de uma hipótese. Ainda assim, a tarefa se anuncia árdua. É preciso contar com a indulgência do leitor para os largos passos e as omissões que são forçadas nesse tipo de exercício argumentativo. É preciso contar também com sua erudição para preencher as eventuais lacunas deixadas nos assuntos que, sem serem secundários, não são exatamente centrais e

não foram, por isso, suficientemente desenvolvidos. No entanto, contamos, sobretudo, com a curiosidade e o espírito aberto do leitor para se deixar conduzir por esse percurso, mesmo que isso necessariamente não o leve, ao final, a se convencer. Instaurar a dúvida e o debate, recompor explicações e revisar procedimentos significa sempre um avanço na atividade científica, mesmo quando isso não se mostra suficiente para demover completamente as posições já estabelecidas.

O que é a Geografia? A pergunta de aparência tão simples se dirige ao que de mais importante existe em um campo do conhecimento, sua especificidade, sua identidade. A partir disso, todo o edifício cognitivo desse campo, suas propriedades, sua relevância, suas competências, sua finalidade e, sobretudo, seus sistemas explicativos podem ser discutidos. Atrás da aparente simplicidade da formulação da pergunta ergue-se um mundo de questões. Trata-se pois de um convite a uma discussão propriamente epistemológica, pois incide diretamente sobre as condições de produção do conhecimento, sua consistência lógica, seus sistemas de validade.

O que é a Geografia? A essa pergunta tão comum muitas vezes sucede também uma habitual resposta. Com insistência se diz que a Geografia, como aliás o próprio nome indica, é a ciência que estuda o espaço terrestre. A composição da palavra, formada a partir da justaposição de *geo*, terra, e *grafos*, escrita

<sup>1</sup> Em 1887, Harold Mackinder (1861-1947) proferiu uma palestra na Real Sociedade de Geografia britânica partindo dessa pergunta. A resposta sublinhava o desafio de criar um ramo de conhecimento que não seria mais dependente dos relatos de aventuras por terras desconhecidas, uma vez que elas não mais existiam àquela época. A Geografia seria a ciência que apresentaria a organização do mundo como o resultado de uma interação entre a sociedade e a "geografia física". A cartografia era para ele um elemento fundamental nessa tarefa. (Mackinder, 1887, p. 142.)

ou descrição, responderia assim perfeitamente à questão.<sup>2</sup> Esse recurso à etimologia é um dos mais corriqueiros expedientes de apresentação geral da Geografia, sobretudo para um público escolar ou quando dirigido a uma audiência menos familiarizada com a disciplina. Está resolvido o problema? Não. Nem sempre a etimologia ou a constituição da palavra é capaz de informar completamente a respeito de seus usos e significados. Muitas palavras viveram transformações nos seus sentidos originais e, algumas vezes, no emprego corrente nada, ou pouca coisa, guardam dos seus significados etimológicos de origem.

Não precisaríamos recorrer ao texto sobre as palavras e as coisas de Foucault (1926-1984) para dizer que os significados das palavras variam segundo um percurso historicamente muito diverso (Foucault, 1966). A cada época e em cada lugar configura-se um terreno de sentidos associados, no qual uma coisa, um conceito, uma atitude encontram diferentes significações, embora, quando de longe olhamos para o conjunto da história, possam parecer unificadas, pois se trata da mesma palavra. A pretendida similaridade das significações é assim avocada pelo simples fato de se tratar de uma mesma denominação, sem qualquer outra consideração sobre os contextos que alteram os sentidos veiculados.

Não se deve, todavia, concluir de forma apressada que qualquer apelo à etimologia como forma de explicação estaria fadado ao equívoco da extemporaneidade. Há, na origem de uma palavra, uma ideia que, no momento em que foi concebida, trouxe uma

<sup>2</sup> A palavra grega *graphein* tem múltiplos sentidos: marcar, desenhar, registrar e inscrever. Já a palavra *mapa* tem origem no latim *mappa* que significa toalha de mesa ou guardanapo e como *carta*, utilizada em vários idiomas, indica uma superfície onde se procede a uma inscrição. Finalmente, se recuarmos à palavra grega que denominava um mapa encontraremos *pinax*, que é uma placa de metal, madeira ou pedra onde se gravava palavras ou imagens. (Brotton, 2014, p. 11.)

nova concepção ou, pelo menos, designou com clareza algo que antes assim não havia sido feito. Discutir o “terreno” onde essa palavra se formou significa, pois, estabelecer a rede de associações que naquele momento ela mantinha com outras ideias. Acompanhar o desenvolvimento e o uso que ela posteriormente teve nos faz compreender algumas das mudanças dessas ideias em outros tempos, contextos e situações.

Esse é o caso da palavra Geografia. O que ela designa hoje? Que relações existem entre o movimento de ideias que a conceberam e a evolução que teve? Em que medida houve um afastamento e que rastreamento é possível estabelecer nos diferentes usos e compreensões que essa denominação recobriu? Evidentemente, não há nem de longe a pretensão de descrever aqui a longuíssima e complexa trajetória de todos os sentidos que a palavra *geografia* possa ter incorporado ao longo da história. Essa tarefa é por demais ampla e exigiria um esforço, sem dúvida, muito maior do que aquele que cabe nas ambições esboçadas no presente trabalho. Além disso, a natureza desse esforço também seria diferente, pois diria respeito muito mais à pura erudição do que propriamente a um exercício de reflexão como o que está sendo procurado aqui. Por tudo isso, é preferível, modestamente, afirmar com clareza que o exercício proposto tentará apenas reconhecer, ainda que de forma exploratória, algumas continuidades e novidades nas formas que empregamos esta ideia — Geografia.

Como é possível notar, não se busca, a exemplo da reconhecida conduta de R. Hartshorne (1899-1992), uma “natureza” fundamental e própria, que apareceria pelo exame minucioso da evolução das diferentes concepções de Geografia e suas práticas (Hartshorne, 1939). Nessa perspectiva, a verdadeira Geografia apareceria evidente naqueles aspectos que sempre a acompanharam. O exaustivo exame da trajetória na história das ideias

geográficas seria assim o caminho para o reconhecimento daquilo que se apresenta como o fundamento desse tipo de conhecimento. Definitivamente, não é o caso aqui. Não se busca tampouco procurar, como nas abordagens de cunho fenomenológico, sobretudo aquelas inspiradas em Husserl (1859-1938), uma essência que não é um conceito genérico obtido pela indução, comum a uma pluralidade de fatos, mas algo anterior à experiência e imanente aos objetos ou fenômenos (Husserl, 1970).

Diferentemente dessas abordagens, guiam-nos na discussão da identidade da Geografia as possibilidades de apreender o sentido desse campo, que o rediscutem e o renovam. A maneira pela qual uma compreensão diversa se enxerta é o melhor indicício de que há um contínuo jogo de transformações e de permanências que a cada momento se reestrutura. As maneiras de identificar, de pensar e de fazer aquilo que chamamos de Geografia são, por isso, o material básico dessa reflexão.

Começemos, portanto, identificando três domínios ou três formas que hoje correspondem ao que compreendemos como “geográfico”, ou seja, a qualidade de ser da Geografia. Pode-se dizer que o primeiro desses domínios é uma forma de sensibilidade, uma espécie de impressão causada pela dimensão espacial. Trata-se de uma capacidade de situar coisas no espaço e de nos situarmos nele, ou seja, de dirigirmos os movimentos do corpo no espaço. Corresponde, sobretudo, também à capacidade de saber se orientar, de constituir traçados entre coisas diversas que estão dispersas no espaço. O ser humano, antes mesmo de começar a refletir, é capaz de estender o braço para alcançar alguma coisa, de se deslocar na direção de algo. Por isso, podemos nos juntar a Kant (1724-1804) e dizer que a existência da dimensão espacial é anterior à percepção. Podemos perceber algo, pois esse algo está apartado de nós, mas dividimos com ele um mesmo plano de

existência; nesse caso, um mesmo espaço. Igual propósito pode ser afirmado em relação ao tempo e, por isso, essas duas categorias, espaço e tempo, são na *Estética Transcendental* kantiana categorias *a priori* do conhecimento. Essa sensibilidade espacial é simples de perceber nos outros animais a quem, em geral, não atribuímos nenhuma capacidade de reflexão, e essa “sensibilidade” é concebida, sem muitos problemas, como um atributo atávico. Animais sabem se orientar, deslocam-se em busca de água, de alimentos ou de melhores condições climáticas sazonais. Nesses deslocamentos, estabelecem rotas, conhecem direções, instituem destinos com precisão. Os exemplos são inúmeros, grandes mamíferos, pássaros, insetos, peixes, todos dividem essa mesma capacidade, essa mesma sensibilidade. Na espécie humana temos dificuldade de isolar o que se deve exclusivamente a essa sensibilidade, pois há um segundo domínio que se desenvolve e, em virtude de estarem tão amalgamados, não conseguimos distinguir o que seria apenas atribuível à pura sensibilidade.<sup>3</sup>

A esse segundo domínio ao qual também unimos o nome de Geografia corresponde uma forma de inteligência. Na espécie humana, o desenvolvimento da cultura faz essa inteligência espacial compor um conjunto de conhecimentos que são estabelecidos e transmitidos. Como nos ensina Bosi (1936-), a ideia de cultura em suas origens significou o enraizamento dos grupos humanos à terra, o que podemos traduzir como um sistema de posições sedimentarizadas (Bosi, 1992). Desde os mais primitivos e recuados grupamentos humanos, temos o desenvolvimento de comportamentos espaciais aos quais podemos atribuir o nome de Geografia. Esses grupos estabelecem qualificações, classificações dos espaços, roteiros, delimitações e, sobretudo, localizações.

<sup>3</sup> Uma boa discussão sobre esse tema pode ser encontrada em Ellar (2009).

A denominação assim conferida como *geografia* traduz o conhecimento que esses grupos humanos detêm do ambiente onde vivem. Tal conhecimento é fundado pelas respostas simples à pergunta construída a partir do advérbio interrogativo *onde*. A justo título dizemos, pois, a Geografia dos Ianomâmis, a dos Maoris, dos Massais, dos Inuits etc., e a expressão *geografia* assim se refere nesse caso ao conjunto articulado de conhecimentos e comportamentos espaciais que são vividos e dão forma a esses grupos sociais. Alguns geógrafos denominam essas geografias como vernaculares (Claval, 2001).<sup>4</sup>

O terceiro domínio para o qual usamos essa designação de Geografia é o ramo do conhecimento que, desde um passado remoto, se consagra ao estudo e à especulação sobre as causas e formas de entendimento da dispersão. Dito de outra forma, essa Geografia é o campo ou área de interesse que reúne inúmeras tradições, todas preocupadas em responder à questão do porquê da lógica das localizações, seja ela ordenada pelos elementos naturais ou pelos humanos. No mundo moderno, esse ramo do conhecimento se estabilizou sob a denominação de Geografia e corresponde ao que concebemos como a ciência geográfica. Ao se institucionalizar, houve a regularização dos protocolos de pesquisa, dos temas mais correntes, dos procedimentos mais aceitos, entre outras características que moldam e dão unidade à área do conhecimento. A despeito de muitas discussões acerca da melhor definição dessa Geografia, é possível certo consenso

<sup>4</sup> Um dos exemplos trazidos diz respeito ao estudo da orientação espacial dos Inuitnaít, no extremo norte do Canadá (Collignon, 1996). A maneira como essa população encontra sinais e marcas na paisagem, aparentemente uniforme, igualmente branca e, por vezes, envolta em nevoeiros e borrascas, pode nos indicar justamente a ambígua fronteira de uma Geografia situada entre uma forma de intuição e uma forma de inteligência.

entre os geógrafos quando dizemos que nossa curiosidade se dirige para produzir explicações sobre os sistemas de lugares. As maiores dúvidas são de natureza teórico-metodológica, ou seja, discute-se muito mais sobre os caminhos necessários para obter bons resultados em vez de propriamente sobre o que nos reúne em torno dessa denominação, o interesse comum sobre a dimensão espacial dos fenômenos. Em outras palavras, diríamos que a Geografia é o campo de estudos que interpreta as razões pelas quais coisas diversas estão situadas em posições diferentes ou por que as situações espaciais diversas podem explicar qualidades diferentes de objetos, coisas, pessoas e fenômenos. Trata-se de uma forma de construir questões, ou seja, a curiosidade de saber em que medida o sistema de localização pode ser um elemento explicativo. Evidentemente, a discussão metodológica não deixa de incidir sobre a delimitação e os temas que devem ser abordados e, nesse sentido, age também sobre a leitura que fazemos da essência dessa ciência geográfica em diferentes momentos e orientações.

Essas três acepções atribuídas à palavra *geografia*, embora muito raramente sejam apresentadas como relacionadas, são praticadas comumente na linguagem cotidiana. Cada uma delas corresponde a um mundo particular, com seu domínio autônomo, suas próprias práticas e significações. Cada um desses mundos possui sua particular ordem.<sup>5</sup> Aqui, como tentamos mostrar, essas

<sup>5</sup> A palavra *ordem* será sempre empregada no sentido filosófico, ou seja, brevemente, como um sistema operado por uma lógica ou uma coerência. É preciso ter em mente que o próprio conceito em filosofia pode se associar a um finalismo, como na Antiguidade; à necessidade, como predominante na ciência moderna; e, finalmente, à contingência, como na ciência contemporânea. De qualquer maneira, a ideia de "Cosmos" e de "Mundo" só tem sentido se pensamos essas categorias como sistemas ordenados. A compreensão comum da palavra como qualidade de apresentar boa organização, equilíbrio ou estabilidade permanente e positiva deve ser aqui evitada, pois não corresponde aos nossos propósitos.

Geografias e esses mundos compartilham um núcleo comum e orbitam o mesmo interesse na localização de coisas, fenômenos e pessoas e, por isso, há sentido para que guardem essa mesma denominação de Geografia. É verdade, entretanto, que há muitas tensões na aceitação de formarem um conjunto, e muitos autores procuram exegeses pelas quais uma delas teria prioridade ou mais qualidades que as outras. Não é o momento para estender esse debate, pois, na forma como orientamos a presente argumentação, essas três acepções constituem o preâmbulo para a formulação de uma quarta possibilidade a orbitar o mesmo interesse: a de que a Geografia é também uma forma autônoma de estruturar o pensamento, uma forma original de pensar. Essa é a hipótese.

## Imagem, imaginários: quadros para a imaginação geográfica

*"Toda união (conjunctio) ou é uma composição (compositio), ou uma conexão (nexus)". Kant, Crítica da razão pura.*

Em meados do século passado, um proeminente matemático francês, Jacques Hadamard (1865-1963), se interessou em saber como procediam os cientistas das áreas das ciências físico-matemáticas para pensar e produzir descobertas. Depois de ter conversado e questionado alguns dos grandes nomes da época, inclusive Einstein (1879-1955), ele apresentou como principal resultado o fato de a maioria deles ter declarado que pensa a partir de estruturas visuais (Hadamard, 1996 [1945]). Grande parte também declarou que as imagens utilizadas eram de natureza geométrica.<sup>67</sup> Isso confirma, de certa forma, os sentidos e a relação entre duas palavras muito próximas: imagem e imaginação. Confirma também a tese sustentada aqui de que os "quadros" na Geografia são "desenhados" para podermos pensar e descobrir coisas novas, e não apenas para ilustrar ideias conhecidas.

<sup>67</sup> A resposta de Einstein a uma das questões sublinha a dificuldade de, depois da visualização, passar as ideias para a forma de texto. Há, segundo ele, forte tensão nessa transposição das imagens para a escolha das palavras e denominações.

Um exame cuidadoso da produção bibliográfica da Geografia permite perceber alguma atenção dispensada à discussão sobre as imagens em anos recentes. Uma parcela significativa dessa produção, todavia, continua a se perguntar sobre a possibilidade de encontrar nas imagens um conteúdo geográfico, interpellando diretamente pinturas, desenhos, fotografias, filmes, mapas, cartogramas, gráficos etc., para discutir o poder de tais instrumentos em comunicar certos conteúdos "geográficos". Não é exagerado dizer que esse tipo de concepção vem sendo o predominante e tem, em grande parte, parasitado a investigação sobre as imagens na Geografia. Felizmente, também apareceram outros trabalhos que convidam a discutir o estatuto epistemológico das imagens nos específicos processos de desenvolvimento do raciocínio geográfico (Berdoulay; Saule-Sorbé, 1998; Berdoulay; Gomes, 2010; Berdoulay; Gomes; Maudet, 2016; Godlewska, 1999; Cosgrove, 2001, 2005, 2008; Rose, 2003, 2006; Driver, 2003; Ryan, 2003; Thornes, 2004; Gomes, 2007, 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2013; Gomes; Ribeiro, 2013; Olsson, 2007; Daniels *et alii*, 2011; Brotton, 2014). No limite, esses últimos podem ser reunidos pela questão: Como é possível raciocinar pelas imagens ou com elas ou, pelo menos, compreender a partir delas?

Essa forma de discutir o tema das imagens é também aquela que nos interessa aqui, pois procura saber como as imagens participam diretamente na construção do pensamento geográfico, como podem ser instrumentos de descoberta. Ela é movida pela aspiração de saber de que modo imagens participam ou são constituintes no processo de construção do pensamento geográfico.<sup>68</sup>

<sup>68</sup> Uma Geografia interpretativa também ganhou grande importância ao mostrar como a sensibilidade e a percepção atuam na formação e na recepção de imagens e em como elas contam na avaliação de paisagens e lugares (Lowenthal, 1961; Tuan, 1989; Pitte, 2010). Esse, no entanto, não é foco de discussão trazido em nossa linha principal de discussão.

Podemos talvez dizer que a imagem é aquilo que nos faz ver, que torna visível determinadas coisas (Mondzain, 2003). Em suma, imagens são o resultado de escolhas e de critérios que reúnem condições para tornar visíveis determinadas coisas. No ato de ver, há escolhas, há critérios, há condições (Gomes, 2013). O registro imagético é a condição de distanciamento que nos permite ver aquilo que nos passaria despercebido pela condição de imersão em que estamos situados na relação com aquele fenômeno. Cosgrove, de forma muito inspirada, denominou essa qualidade de "olhos de Apolo". Um olhar "desapaixonado" sobre as contingências da vida cotidiana que se posiciona para observar o movimento do mundo e desenvolve técnicas de observação que autopsia, pesquisa e mapeia (Cosgrove, 2001). É nesse sentido e somente nesse que há interesse em trabalhar geograficamente com filmes e pinturas, por exemplo. Assim, a imagem faz com que algo, que de outra forma não seria nem mesmo percebido, se torne visível.

Trata-se de uma terceira via, diferente dos propósitos de R. Arnheim (1904-2007) de que "ver é compreender" (Arnheim, 2005 [1980]) e de E. Gombrich (1909-2001) de que "só vemos o que compreendemos" (Gombrich, 1986 [1956]). A força das imagens está na distância que conseguimos obter por meio delas, no potencial de reflexividade que elas nos oferecem. Para isso é preciso aprender a ver.

O conceito de paisagem pode nos ser um exemplo útil para melhor compreender isso. Hoje essa ideia nos parece bastante trivial, está difundida em muitos campos, tem sua tradução garantida em muitos idiomas e se difunde sobre inúmeros suportes, desde os descansos de tela dos computadores até os grandes artefatos, construídos para gerar pontos de vista paisagísticos. Segundo alguns autores, no entanto, nem a palavra e tampouco o

Condições de distanciamento  
O ato de ver, há escolhas, há critérios, há condições

O pensamento de reflexividade



*o conceito de paisagem*

conceito sequer existiam no Ocidente até o final da Idade Média (Schmithüsen, 1973; Berque, 1995). Ao que parece, a designação de paisagem foi dada pela primeira vez a uma pintura (uma tela), mas logo depois o que essa palavra e essa tela nos faziam ver era um recorte, um fragmento do ambiente natural transformado pelo trabalho humano — um quadro.

Isso significa que, em um determinado lugar e momento da história, o resultado da ação de reconfigurar a natureza a partir dos instrumentos disponibilizados pela cultura passou a ser estimado com muita admiração, a tal ponto que se tornou um objeto estético, tema de pinturas. Esse recorte, fragmento de um ambiente, fixado sobre um suporte, além de um objeto estético, é um instrumento pedagógico. A ideia de paisagem nos ensina a olhar de outra forma, nos ensina a ver coisas, conteúdos, valores, onde parecia antes nada haver de admirável. Desde então, parece que aprendemos a apreciar e que incorporamos, de modo quase natural na vida cotidiana, os valores, os conteúdos contidos nesses fragmentos expostos ao olhar.

Por todas essas características dos procedimentos que nos ensinam novas formas de ver, a produção e o uso das imagens e dos quadros geográficos têm atraído bastante a atenção de muitos geógrafos preocupados com o ensino de sua disciplina. A ideia de trazer pela imagem a ordem do Cosmos à contemplação dos alunos aparece como um dos primeiros passos nas recomendações pedagógicas para a educação geográfica (Besse, 2003a). Por isso, muitos foram aqueles que propuseram o uso de determinados tipos de imagens para produzir novos significados (Lefort, 1998). Isso corresponde de algum modo a convocar a imaginação dos alunos e do público em geral a partir de imagens para ensinar a Geografia (Angotti-Salgueiro, 2005). Em sentido paralelo, Jean Gottmann (1915-1994) observou também que novos territórios

pretendidos por uma comunidade dependiam necessariamente de uma nova iconografia para se construíse uma identidade: monumentos, bandeiras, fronteiras (Gottmann, 1952).

Para o filósofo A. Philonenko (1932- ), o valor de toda essa “imagerie” é substituir os conceitos e trabalhar com um desenho que tem significação intelectual, um esquema de sentido intelectual. Foi a isso que ele deu o nome de “geografismo” de Kant. Haveria uma continuidade mais do que simplesmente metafórica entre a orientação no espaço e a orientação do pensamento (Kant [1786], 1993). Por isso, a Geografia pode assegurar o progresso da educação infantil, garantindo a “fixação” da imaginação, especialmente pelo uso de mapas. A esse respeito disse Kant:

Os mapas geográficos possuem algo que encanta todas as crianças, mesmo as menores. Quando estão cansados de todos os estudos, eles aprendem ainda alguma coisa quando se usam mapas. Isso é uma boa distração para as crianças, na qual a imaginação não pode sonhar, mas deve por assim dizer se fixar em uma certa figura. Deveríamos realmente fazer com que as crianças começassem pela geografia. Poder-se-ia ao mesmo tempo acrescentar figuras de animais e de plantas. Isso faria com que a geografia ficasse mais viva. A história só deveria vir mais tarde. (Kant [1803], 2000, p. 158.)

Na França, por exemplo, a Comissão de Ensino da Geografia, formada logo após a guerra franco-prussiana, tinha como tarefa preparar o programa escolar da disciplina. Um dos elementos recomendados para sensibilizar desde cedo os alunos para a Geografia eram as chamadas “caminhadas topográficas”, mas logo depois ficou evidente que se necessitava de outro tipo de material pedagógico mais apropriado (Andrew, 1986). Foi nesse sentido que Vidal de la Blache desenvolveu, junto com o editor Armand

Colin, um grande projeto de produção de mapas-murais.<sup>69</sup> O sucesso foi imediato e as escolas passaram a ter como material básico um conjunto de mapas sobre variados temas da França e do resto do mundo que eram fixados sobre as paredes das salas de aula. Mediam mais de um metro quadrado e eram acompanhados por um livro-guia, com perguntas-respostas e atividades sugeridas ao professor. Esses mapas-murais se mantiveram como material pedagógico essencial nas escolas francesas por um longo período, ou seja, de 1880 até 1969.

Talvez justamente em reação a esse sucesso, Elisée Reclus (1830-1905) tenha se manifestado bastante reticente em relação ao uso de mapas no ensino da Geografia (Reclus, 1903). Para ele, o professor deveria antes sair da sala e explorar aquilo que se encontra em condição de ser objeto da observação direta dos alunos. Mapas criam uma visão confusa pelas diferentes projeções e escalas em que se apresentam, desfiguram as formas das massas continentais, o contorno e o tamanho dos países. Dizia Reclus:

A esse respeito, o professor deve ser de uma intransigência absoluta. Será para ele realmente impossível de se servir de mapas sem trair a causa mesmo do ensino que lhe foi confiado. (Reclus, 1903, p. 9)

De que maneira, no entanto, poderia o professor fazer “ver” ao aluno a “unidade terrestre”, como o disse Vidal de la Blache, ou o “princípio de conexão”, como expressou seu discípulo Jean

<sup>69</sup> Nunca é demais lembrar que as primeiras grandes inspirações do raciocínio geográfico em Vidal de la Blache, originariamente um historiador, pareceram ter surgido pela observação dos mapas de densidade de população trabalhados por E. Levasseur, membro da Comissão de Ensino Escolar da III República Francesa (Claval; Nardy, 1968).

Brunhes? (Vidal de la Blache, 1896; Brunhes, 1910). Por meio de que material pedagógico essas preocupações centrais na tarefa de ensinar a Geografia poderiam ser asseguradas? A resposta de Reclus eram os grandes globos terrestres: “É pela visão direta do globo, redução proporcional exata da Terra que deve ser a primeira educação de um jovem” (Reclus, 1903, p. 10).<sup>70</sup>

Provavelmente, Reclus exprimia em sua relutância ao uso dos mapas uma compreensão próxima daquela de Karl Ritter (1779-1859), com quem havia estudado em Berlim (Ferretti, 2007). O argumento de que as projeções e escalas desfiguravam as formas dos continentes e dos países faz eco, sem dúvida, à compreensão de Ritter sobre as formas físicas desenvolvidas na introdução de sua Geografia Geral (Ritter, 1837). Ele acreditava que a essência dos lugares e suas propriedades só poderiam ser conhecidas pela interpretação dos códigos, aritméticos e geométricos, que clandestinamente se escondiam e nos enganavam por meio de falsas aparências (Gomes, 1996). Segundo parece, Ritter teria sido o primeiro a associar a França a um formato hexagonal e a proceder a uma análise a partir de analogias de cunho geométrico. Alguns anos depois, Reclus teria, nesse mesmo sentido, sugerido que o formato mais adequado à França seria o de um octógono (Robic, 1991).

<sup>70</sup> Patrick Geddes (1854-1932), amigo próximo de Reclus, também mostrou grande interesse na inovação da educação geográfica. Comprova uma velha torre em Edimburgo, a *Outlook Tower*, e organizou uma exposição, ao longo das escadas, de painéis com temas geográficos e, segundo os andares, em diferentes escalas, da Escócia ao Mundo. No topo da escada havia o acesso ao terraço da torre, e o público poderia então, depois de fazer o percurso temático, gozar da vista em 360° sobre a cidade do alto da torre. Geddes sustentava que a educação do público em geral sobre esses temas era necessária e pensava que a execução desse percurso era um meio bastante eficiente para isso. Mais detalhes podem ser encontrados, por exemplo, em Dunbar (1974).

Entretanto, não só por esse tipo de alegação algumas imagens foram, desde o nascimento da ciência geográfica moderna, colocadas sob suspeita. Camille Vallaux (1870-1945), por exemplo, sem comungar dos mesmos preceitos de Ritter ou de Reclus, não hesitou em também criticar o uso de imagens, sobretudo as fotográficas, como um instrumento válido para chegar a uma explicação (Vallaux, 1924). A relutância dos geógrafos em relação às imagens, a recorrente tendência a vê-las como distorção é assim um traço bastante comum no desenvolvimento da Geografia moderna. Até mesmo os mapas, comumente valorizados na Geografia, foram acusados de produzirem efeitos nefastos que se escondariam por trás da aparente singeleza gráfica (Kish, 1980; Bressolier-Bousquet, 1995; Harley, 2001; Gruzinski, 2006; Farinelli, 2009).

Resta, portanto, a questão: O que designa afinal a palavra representação imagética, o recorte fixado sobre um suporte ou o produto de uma abstração? Essa dúvida tem sido outra danosa e resistente marca nos debates feitos na Geografia sobre o estatuto das representações e suas aproximações com uma suposta "realidade" (Costa, 2003).

Então, uma das mais importantes demarcações que nos interessa fazer é a distinção da análise que é pretendida aqui em relação a esse ponto de vista da representação da realidade. Quando falamos em imagens, em quadros, estamos falando de algo que é fruto de escolhas, do arbítrio daquele que os constrói. As escalas de representação não pertencem ao fenômeno como pretendem alguns (Lacoste, 1976). Elas pertencem inteiramente à decisão daquele que o está representando. Da mesma forma, os elementos que figuram em um quadro, em um mapa, não são elementos necessariamente impostos pela ordem de tamanho que têm, mas, sim, voluntariamente colocados em associação

para fins de algum tipo de demonstração ou análise. Em termos muito simples, isso nos impede de tratar um mapa, e também uma pintura, um romance, ou mesmo uma foto, como um documento que representaria a realidade de um lugar ou de uma época. Essas imagens são elementos de significação e devem ser analisadas enquanto tal. A pergunta fundamental assim é: O que aquela imagem nos faz ver?

O título do romance do escritor francês Michel Houellebecq (1956-), *La carte et le territoire* (O mapa e o território), foi na verdade de inspirado por um artigo aparecido em 1933, "A non-aristotelian system and its necessity for rigour in mathematics and physics" (Um sistema não aristotélico necessário para o rigor em matemática e em física), de Alfred Korzybsky (1879-1950). Nele, a tese fundamental é que uma boa carta tem que manter, em relação ao território que representa, as mesmas características lógicas. A similaridade não é uma aparência, mas, sim, uma relação de coerência. Por isso o julgamento de um mapa não pode ser feito levando em conta o critério da correspondência dos elementos que aí figuram, o que deve ser resguardado é a estrutura, "expressa em termos de relações" (Korzybsky, 1994 [1933]). Essa estrutura, visível no mapa ou, podemos acrescentar, em qualquer quadro geográfico, corresponde a uma sugestão de compreensão daquilo que está sendo apresentado.

Desse ponto de vista, o que vale julgar não é a pretensa "realidade" representada pela imagem ou, ainda como é costume, não parece válido o julgamento sobre a distância ou proximidade da representação em relação àquilo que ela coloca em cena. Não há segredo algum no fato de que as imagens se desviam deliberadamente daquilo que pode ser visto espontaneamente (Raiffestin, 1989; Denègre; Salge, 2004). Esse desvio pode ser interpretado de muitas formas, até mesmo, como é corriqueiro se fazer, empres-

tando uma intenção deliberada de esconder o essencial. O que, no entanto, poderia ser analisado com mais utilidade é a coerência interna da representação. Assim, poderíamos dizer que, no bom uso da imagem, mais do que uma representação, ela poderia ser concebida como uma apresentação de coisas e fenômenos evocados por aqueles que produzem a imagem e oferecidos ao julgamento e à análise daqueles que a examinam.

Assim, ainda que rápido e certamente incompleto, o percurso realizado aqui nos permite afirmar que a imaginação geográfica parece ser provocada pelo uso inteligente das imagens, aquilo que chamamos de "quadro geográfico". Esses quadros são sistemas de informações geográficas que se apresentam sob variadas formas gráficas, e no limite até sob a forma de texto. A partir de uma base locacional dos dados, são criadas condições de "visualização" da posição, da forma e do tamanho dos fenômenos estudados. A possível conectividade entre eles é dada pela localização. Essas lógicas locais estão também relacionadas com a capacidade de imaginação, ou seja, embora de forma diferente, há um forte potencial para imagens textuais ou visuais produzirem novas imagens.

A esse conjunto de imagens convocado pela imaginação que pensa geograficamente poderíamos dar o nome de imaginários geográficos. Um gráfico que apresente dados referentes, por exemplo, às capitais brasileiras gera de imediato duas leituras. A primeira é diretamente relacionada ao próprio gráfico, ou seja, à posição de cada capital dentro daquele sistema que classifica essas capitais por meio da grandeza escolhida como eixo de diferenciação. Em paralelo, serão imediatamente evocadas outras imagens, com outras posições dessas capitais, seja a localização delas dentro do território brasileiro, o reagrupamento delas por macrorregiões, o grau de desenvolvimento associado a cada uma

délas, a posição delas dentro da hierarquia urbana etc. Esse conjunto de imagens possibilita inúmeras leituras, conexões, análises. O imaginário espacial é como um álbum de imagens, um atlas de informações geográficas.

As vezes, o imaginário é tratado como algo inexistente, que é irreal e abstrato; até o utilizamos no sentido de fantasioso ou ideológico, essa última denominação dentro da comum aceção de "falsa consciência". Para outros, o imaginário tem como fonte tudo aquilo que não é fruto da esfera da racionalidade, sendo definido por fluxos emocionais (Durand, 1993). Não são absolutamente essas as concepções aqui invocadas quando falamos de imaginário.

O imaginário é aqui tomado como uma composição complexa de imagens de coisas. Quando essa composição diz respeito a objetos espaciais, estamos diante de um imaginário espacial. Não se trata de imagens-tipo ou de distorções voluntariamente produzidas para esconder algo ou manipular pessoas. Um imaginário constitui um conjunto articulado de inúmeras cenas, de relações e fluxos, no qual a sucessão de imagens produz sentidos diversos e arranjos de significação intercambiáveis. No imaginário espacial, a unidade fundamental é a dos sistemas de lugares.

Esse imaginário espacial, como uma coleção variada de imagens, permite que mobilizemos algumas delas e as conectemos, nós as relacionamos com outras disposições e refletimos a partir desse conjunto. O *Atlas* foi talvez o primeiro grande modelo disso, mas também o eram os mapas que acrescentavam diferentes imagens justapostas no mesmo plano e indicavam elementos que poderiam ser ali considerados. Imaginação é a capacidade de refletir a partir de imagens; os quadros geográficos, quando compreendidos como instrumentos para pensar, são elementos-chave na possibilidade de gerar imaginação geográfica.

A Geografia é reconhecida como uma disciplina visual, e sua história se apresenta assim como um grande e valioso campo de reflexão. Que fique claro, então, que o material reunido aqui não reclama o estatuto de História da Geografia. De fato, o conteúdo básico para a análise é obtido na história disciplinar, mas não se retira da sucessão dos fatos a força dos argumentos. Movido talvez por essa intenção inconsciente, o percurso que se oferece na leitura não segue uma rígida cronologia. Da mesma maneira, não se procurou continuidade global na duração da Geografia e nem foram convocados autores e obras que fariam que se completassem todos os elos da cadeia evolutiva do pensamento geográfico. Ficaremos em dívida com aqueles que desejariam um livro que encontraria sentido em se intitular "Os grandes quadros que construíram a Geografia". Do ponto de vista estritamente historiográfico, não há novidades e descobertas, mas há uma forma nova de interpretação daquilo que é conhecido como a história disciplinar e de alguns de seus grandes nomes. Por isso, a discussão trazida se pretende claramente epistemológica.

## Conclusão: A Geografia é uma forma de pensar!

*"Até agora percorremos o país do entendimento puro, examinando cuidadosamente não só as partes que o compõem, mas também o medindo e fixando cada coisa em seu lugar próprio. Mas este país é uma ilha, a que a própria natureza impõe leis inmutáveis. É o país da verdade (um nome sedutor), rodeado por um vasto e tumultuoso oceano, onde uma espessa neblina e bancos de gelo prontos a derreterem dão uma imagem enganosa de novos países e induzem, com falazes esperanças, o navegante cheio de sonhos de descobertas, enredando-o em aventuras que nunca consegue desistir e nem jamais levar a cabo. Antes de nos aventurarmos nesse mar para explorá-lo em toda sua extensão e averiguar se há algo a esperar dele, é conveniente olhar o mapa da terra que vamos abandonar, para indagarmos, em primeiro lugar, se acaso não poderíamos nos contentar com aquilo que ela contém, ou se não teríamos, forçosamente, de o fazê-lo, se em nenhuma parte houvesse terra firme onde assentar arraiais; e, em segundo lugar, perguntarmos a que título possuímos esse país e se podemos considerá-lo no abrigo de quaisquer pretensões hostis."*

Kant, I., 1987, p. 970. <sup>71</sup>

É hora de voltarmos ao início da discussão pretendida e enunciada pela pergunta que abre este livro — o que é a Geografia? Essa pergunta, aliás, poderia bem ter sido escolhida como o título para

<sup>71</sup> Tradução do autor, ligeiramente modificada.

ele. Não o fizemos, pois pareceria mais uma daquelas iniciativas normativas que pretendem estabelecer de forma peremptória, absoluta e para todo o sempre os limites da disciplina. Reconhecemos, no entanto, que essa pergunta não necessariamente deve nos levar a isso. Perguntar sobre a natureza da Geografia é tentar reconhecer as formas pelas quais ela vem se desenvolvendo e criando uma identidade. Pode ser uma necessária tentativa de reflexão para distinguir suas competências e sua relevância. No panorama científico atual, é possível constatar a positiva participação dos geógrafos em muitas áreas temáticas diferentes. Vemos também se multiplicar a capacidade de estabelecer diálogos com muitos campos do conhecimento e somos levados a acompanhar algumas das principais discussões surgidas nesses campos. Tudo isso é muito importante e salutar, mas precisamos, de vez em quando, nos voltar para a discussão de nossos instrumentos de trabalho, nossos conceitos, nossa área de competências e aptidões. Nós, geógrafos, precisamos, no diálogo com os outros campos do conhecimento, ter claramente estabelecida a justificativa do valor do raciocínio geográfico para apresentar seu alcance, sua abrangência e sua importância. Só assim conquistamos com autonomia a autoridade para falar. Essa é a analogia que quisemos propor com o texto de Kant usado na abertura desta conclusão. Muito embora ele estivesse, com a imagem dessa "ilha", originalmente querendo discutir os limites do conhecimento racional, o paralelismo das intenções e a metáfora espacial por ele usada nos pareceram bastante eloquentes para os propósitos da nossa discussão.

Quando dizemos que a Geografia é a ciência que analisa e interpreta a ordem espacial das coisas, pessoas e fenômenos, somos, às vezes, julgados severamente como se restringíssemos o campo de atuação dessa disciplina. Tudo se passa como se a análise fundada na localização não fosse suficiente para esta-

belecer um ramo científico consistente e relevante. É que, dito assim, "a ordem espacial do mundo" pode parecer simples, mas de fato não o é. Explicar por que as coisas estão ali onde estão, por que são diferentes quando aparecem em outras localizações, explicar graus de proximidade e de distância, a posição, a forma e o tamanho envolve um raciocínio bastante sofisticado. Infelizmente, nem sempre se reconhece nessas perguntas toda a complexidade enredada nesse jogo de posições e como isso demanda uma operação complexa de mobilização de elementos variados que atuam pela posição e não respeitam os estritos limites disciplinares preestabelecidos. O raciocínio geográfico, por força de sua pergunta fundadora — por que isso está onde está? —, é levado a conectar elementos muito diversos que são necessariamente tomados juntos pelo fato de ali se apresentarem. Ao não nos darmos conta da complexidade e importância desse raciocínio que se esconde atrás da aparente simplicidade da pergunta, apelamos para amplas definições que dão a impressão de serem mais inclusivas, como a de que a Geografia estuda as relações entre a sociedade e a natureza. Essas definições podem, à primeira vista, parecer mais promissoras, mas são de fato bastante e, por isso, comumente só têm curso em apressadas e poucas profundas reflexões epistemológicas sobre a Geografia.

Agora, vejamos a ousadia, sugerimos não apenas que essa preocupação sobre os sistemas de localização funciona como um dado preliminar e fundador, sendo o objeto central da disciplina, mas também acrescentamos que isso compõe uma forma de pensar. Criamos imagens e desenhos por meio dos quais somos desafiados a produzir sentido na variedade de elementos que ali aparecem sem o artifício da seleção antes daquilo que vamos considerar, pois não impomos o deslocamento das coisas do lugar onde aparecem e vivem.

Quanto à ordem espacial do mundo

O quadro geográfico, essa forma de pensar, não é uma propriedade dos geógrafos, uma ferramenta que nos pertence. É uma maneira de organizar o pensamento que coloca em prioridade o desenho, o traçado, quando consideramos a localização das coisas, pessoas e fenômenos. Por isso, em muitas outras disciplinas, o uso desses "quadros" pode ser atestado, das mais abstratas às mais concretas apresentações. Pretendemos afirmar que, sempre que esses quadros, fundados na localização, são usados como instrumentos do raciocínio, há nisso uma forma geográfica de pensar. Esperamos que, após o percurso realizado neste livro, nossos propósitos tenham sido assim compreendidos — A Geografia é também uma forma de pensar.

## Bibliografia

- Acot, P.; Bourguet, M-N. Au Chimborazo, la géographie des plantes. Martinière, G.; Lalande, T. (Dir.) *Aimé Bonpland, un naturaliste rochelais aux Amériques (1773-1858)*. Paris: Les Indes Savantes, 2010.
- Alpers, S. *The Art of Describing: Dutch Art in the Seventeenth Century*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- Andrew, H. Les premiers cours de géographie de Paul Vidal de la Blache à Nancy (1873-1877). *Annales de Géographie*, v. 95, n. 529, p. 341-361, 1986.
- Angotti-Salgueiro, H. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 13, n. 2, p. 21-72, 2005.
- Arnheim, R. [1980]. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Pioneira, 2005.
- Asendorf, C. La vue d'en haut: un nouveau mode de découvrir du monde. In: Lampe, A. (Dir.) *Vue d'en haut*. Metz: Centre Georges Pompidou, 2013. p. 10-31.
- Aubenque, P. Les philosophies hellénistiques: Stoïcisme, Épicurisme, Scepticisme. In: Châtelet, F. (Dir.) *La Philosophie*. Paris: Marabout Université, 1972. p. 137-174. Tomo I.
- Aujac, G. *Claude Ptolomé. Astronomie, astrologie, géographie*. Paris: CTHS, 1993.